

Governo não mudará INPC nem correção

Não há qualquer modificação prevista para a fórmula de reajuste salarial, nem para a correção monetária, garantiu ontem o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, ao deixar com o ministro Delfim Netto, do Planejamento, a última reunião destinada a preparar o pacote, às 22 horas de ontem. Os dois ministros negaram que ainda estejam em estudo medidas destinadas a desindexar a economia.

Tanto Galvães quanto Delfim confirmaram que a reunião do Conselho Monetário Nacional será convocada provavelmente para amanhã, mas explicaram que isso depende de um sinal verde a ser dado pelo presidente Figueiredo. De acordo com o ministro da Fazenda, o Presidente ainda deverá escolher entre diversas alternativas.

Entre essas alternativas, admitiu Galvães, estão as modificações de natureza tributária, como as que implicariam aumento do imposto de renda. Delfim limitou-se a acrescentar que as medidas contidas no pacote alcançarão as esferas "monetária, tributária e de governo".

O ministro do Planejamento assegurou que "ninguém precisa se preocupar" com a severidade do pacote. Já Galvães preferiu lembrar que ele até trará benefícios, como a redução da inflação, "que também penaliza os trabalhadores". Entre essas previsões otimistas, Delfim listou a certeza de um superávit na balança comercial e a boa safra agrícola, afirmando que "agora é a hora de alcançarmos o equilíbrio interno".

A seguir, a íntegra da entrevista:

Ministro, o que falta resolver ainda?

Galvães — Falta a aprovação final do Presidente Figueiredo. Falta a decisão sobre algumas alternativas.

Há modificação no Imposto de Renda?

Galvães — Não. Não podemos antecipar o que vai acontecer na área do Imposto de Renda porque o Presidente ainda vai receber este elenco de medidas a serem propostas e vai decidir o que ele, Presidente, quer fazer.

E a indexação da economia, o expurgo do INPC?

Galvães — Não. Não existe nada disso não.

Ministro, a opinião pública está preocupada e acompanhando tudo isto sem ter nenhuma medida concreta. O Senhor, como Ministro da Fazenda poderia dar uma palavra que tranquilizasse ou que dizesse que o demônio não é tão feio como estão pintando?

Galvães — Acho que nunca dissemos que isso é um demônio. São medidas de correção para melhorar a situação da economia nacional. Repõ-la nos caminhos que ela possa prosseguir sem maiores traumas, sustentar um crescimento econômico que assegure uma maior atividade econômica e maiores níveis de emprego. Quer dizer, não tem nada demais. Nós estamos procurando corrigir o déficit público. Condicionar o setor público às suas dimensões adequadas e abrir espaço para o setor privado. Isto só pode ser bom para a saúde da economia brasileira.

Mas o Presidente disse que vai fazer São medidas amargas?

Galvães — Bom, é possível. Esses ajustamentos sempre provocam adaptações. Na medida em que você abre um pouco o sistema financeiro, é evidente que não gostam. Na medida em que você eleva as taxas de juros, as pessoas que pagam as taxas de juros preferem viver permanentemente com taxas de juros subsidiadas. O fato é que estas taxas de juros por exemplo, atingiram um nível subsidiado tão grande em rela-

ção à inflação que não dá para sustentar o processo. Quando nós emprestamos a um lavrador cem cruzeiros e recebemos cem cruzeiros mais 45 de juros e correção monetária, no ano seguinte, não temos mais recursos para continuar financiando a agricultura. A mesma coisa acontece com a exportação, pequena e média empresas, quer dizer, o estado da economia brasileira, do processo inflacionário, da situação econômica. Atualmente, não temos alternativa: temos que provocar ou proceder um reajuste nas medidas de política econômica. Mantendo a mesma orientação, as mesmas diretrizes, os mesmos objetivos que o Presidente Figueiredo anunciou no início de seu governo.

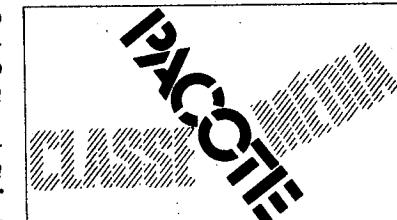
trabalhadores, principalmente a classe média, ainda pode suportar mais sofrimento, ou agora o sacrifício vai ser estendido a outras classes que ficaram menos afetadas pelas medidas econômicas?

Galvães — Eu acho que a inflação alta com que nós estamos convivendo, atinge todo mundo. Inclusive, os trabalhadores. E, em benefício dos trabalhadores, uma coisa importante que podemos fazer é combater a inflação, reduzir a inflação. Agora, quem realmente paga o preço da crise, e sobre carregado com sacrifício é o trabalhador que fica desempregado. Hoje temos que procurar reajustar a economia, temos que fazer com que haja menos desemprego, que haja mais oportunidade de emprego, que os desempregados voltem ao trabalho e as legiões novas que chegam ao mercado de trabalho possam trabalhar.

— Ministro Delfim, o senhor leva na quinta-feira o "pacote" à Granja do Torto, para que o Presidente Figueiredo decida?

Delfim Netto — Não. Não. O Presidente já tem conhecimento de tudo. Ele está analisando esses documentos e ele vai tomar essa decisão possivelmente amanhã (hoje) e o que ele aprovar, aí nós faremos.

— Ministro, esta é uma pergunta que o ministro Galvães mandou fazer ao senhor: a questão da desinde-



xação do INPC e dos subsídios?

Delfim — Não há nenhuma idéia de se desindexar. O que nós estamos fazendo é reduzindo o subsídio, tanto no setor agrícola e para isto estamos realmente indexando o crédito do setor agrícola à correção monetária.

— A redução será gradual?

Delfim — Ela será gradual.

— Qual o balanço que o senhor poderia fazer, neste dia todo de reuniões e desse elenco de medidas que estão sendo fechadas?

Delfim — Como eu tenho dito, as medidas só serão anunciadas depois que o Presidente as aprovar.

— O Seguro Agrário é uma coisa decidida. E o Seguro-Desemprego?

Delfim — O Seguro-Desemprego, como o Seguroagrícola têm o mesmo problema de financiamento. É preciso saber como financiar.

— Qual a solução que o senhor encaminharia, agora, nesta fase?

Delfim — Não tenho nenhuma solução a respeito.

— Em que áreas serão tomadas as medidas que o senhor propôs ao Presidente da República?

Delfim — Na área monetária, na área fiscal e na área do próprio governo.

— Diz-se que seriam reduzidos os gastos, principalmente com pessoal?

Delfim — Não. Não. Nós estamos fazendo uma economia de custeio e capital.

— O que o senhor está cobrando, especificamente, das estatais?

Delfim — Nós não estamos cobrando nada das estatais. Nós estamos trabalhando para reduzir as despesas das estatais.

— Como é que o senhor pretende que seja a redução?

Delfim — Não. Esta redução está sendo feita já, aumentando a eficiência das estatais, procurando dar às estatais as condições importantes para seu funcionamento, de forma que vamos continuar agindo dessa maneira.

— O que o senhor poderia dizer agora, ao País que está na expectativa desse pacote?

Delfim — Eu acho que ninguém deve se preocupar com isto. As medidas são todas elas voltadas para recuperarmos o equilíbrio da economia interna. Como eu disse, a economia se encaminha razoavelmente bem, na direção física. Estamos fazendo uma substituição de petróleo muito boa, o programa das exportações caminha realmente muito bem. Teremos um superávit, eu acredito, excelente.

— Ministro, quando o senhor fala que ninguém deve se preocupar, o senhor inclui os assalariados?

Delfim — Claro. Tá bom, obrigado por tudo.